

**BRANCO É A COR DA PAZ: VIOLÊNCIA, REPRESSÃO E RAÇA NA
PACIFICAÇÃO DAS REVOLTAS REGENCIAIS (1831 -1845)**

LUCAS NARDI BAIERLE ¹, MURILLO DIAS WINTER²

1 Introdução

Nesse presente resumo, será abordado o processo pelo qual passaram alguns sujeitos envolvidos no início da Revolução Farroupilha, quais foram as principais acusações sofridas e quais foram as punições, ou as ausências delas, praticadas perante os envolvidos. Mas para isso, é importante desconstruir a visão valorativa da revolta produzida ao longo do tempo, que serve do passado como legitimação para lançar uma cultura de um povo emancipado e com valores de liberdade.

Mais do que uma revolta independente, a Farroupilha está dentro de um processo maior, que conforme salienta Koselleck (2020, p. 567) com a transição para aquilo que se caracterizou como modernidade, passa a ocorrer uma morte paulatina de um regime de historicidade voltado ao passado - *historia magistra vitae* - e que começa a ser projetado cada vez mais ao futuro, marcando um período de crise e incertezas, carregado por novas formas de estar e de sentir o tempo, com possibilidades de transformações cada vez maiores e de uma politização da esfera pública. Isso se dá principalmente a partir da crise do sistema colonial, abrindo espaços para uma proliferação de novos projetos políticos que buscavam substituir a autoridade do Antigo Regime, mas principalmente a partir das guerras Napoleônicas, quando a guerra se faz cada vez mais presente na esfera pública e na política, sendo impossível imaginar uma forma de fazer política entre 1750 e 1850, que não tivesse envolvimento com a guerra (Sebastian, 2023, p. 75).

Essa novidade ocorre também dentro de novas inovações e improvisações de maiores meios de transmissão da informação, projetando-se e multiplicando-se por diferentes caminhos, como a instauração da imprensa. Essa novidade abre dois caminhos sobrepostos, que são um vocabulário político falado, mas principalmente escrito, novo, e sua cristalização em conceitos que vão olhar cada vez mais para o futuro. Nesse sentido, a crise não se dá por causa de um

1 Graduando em Licenciatura em História, pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim, contato: lucas.baierle@estudante.uffs.edu.br

2 Professor de História da UFFS, *campus* Erechim. **Orientador.**

modelo político pronto substitutivo de outro envelhecido, mas sim a partir de um distanciamento do passado e da mudança de conceitos que vão sair do espaço de experiência e alcançando novos horizontes de expectativa, ou se preferir, “quando o velho não acabou de morrer e o novo ainda não terminou de nascer”. (Sebastian, 2023, p.80).

2 Objetivos

-Objetivo geral: Analisar os processos jurídicos, as acusações e os desfechos punitivos dirigidos aos sujeitos envolvidos nos primeiros anos da Revolução Farroupilha, utilizando os aportes da História Conceitual para desconstruir leituras teleológicas e mitificadas sobre o conflito.

-Objetivos específicos: (i) Mapear as acusações e enquadramentos jurídicos. (ii) Examinar os mecanismos de desfecho penal e reintegração. (iii) Identificar os privilégios de reintegração social e manutenção do poder via perdão ou esquecimento dos crimes.

3 Metodologia

A metodologia para esse trabalho consiste na leitura de fontes primárias referentes ao processo jurídico dos envolvidos nos primeiros anos da revolução farroupilha, identificando seus principais envolvimento, as principais acusações impostas e os meios de julgamento ocorridos. Além disso, utiliza-se a história conceitual, para evitar uma leitura do vocabulário político presente como se fossem palavras apenas retrasadas e que evoluíram ao longo do tempo genealogicamente. Assim, entende-se melhor que a carga de experiência e os significados por trás das palavras são díspares das pessoas que os utilizaram para quem lê anos depois, apesar da morfologia pouco ter se transformado (Sebastian, p.57).

Busca-se assim com a ajuda da História Conceitual compreender que por trás dos conceitos há expectativas, certezas, medos e esperanças que estavam vivos no dia a dia das pessoas envolvidas, para antes de imitar qualquer julgamento, elogio ou ridicularização ou projetar respostas teleológicas, compreender, pois "talvez a melhor crítica consista em compreender" (Sebastian, 2023, p.51).

4 Resultados e Discussão³

Nessa seção, faço o recorte de alguns sujeitos envolvidos no início da Revolução Farroupilha que foram julgados após a prisão na retomada de Porto Alegre em 15 de junho de 1836. São eles Marciano Pereira Ribeiro, vice-presidente da província; Manoel Antônio Calvet, médico e com grande atuação na denegação da posse do novo presidente nomeado pelo Império e Jozé Marianno de Mattos, major de artilharia.

Marciano Pereira Ribeiro foi acusado pelos crimes de Cabeça de Rebelião, Sedição, cúmplice de homicídios, ferimentos, roubos e peculatos. Na condição de líder da província pela expulsão do antigo presidente e pela ausência de uma nova nomeação, Marciano foi acusado pela testemunha Floriano Joaquim de Carvalho de se não mandar, permitir que os assassinatos acontecessem. Um dos mais simbólicos foi o de Vicente Ferrer da Silva, acusado de promover reuniões legalistas para a volta do presidente Braga, e que teve uma ordem para ser levado a Porto Alegre para depor, mas que ao chegar lá, os integrantes da escolta que deveriam levar até a capital o mataram juntamente de seu filho, e cortaram-lhe as orelhas depois de morto.

Marciano foi preso no dia 15 de junho de 1836 na retomada de Porto Alegre pelas forças legalistas, sendo enviado no final de outubro para a capital do Império e que pela ausência de um processo formal contra ele, o juiz municipal concede-lhe *Habeas Corpus* sem passar por qualquer tipo de julgamento.⁴

Manoel Antônio Calvet foi considerado uma peça importante para o início da considerada sedição pelo Império no dia 20 de setembro, e pela generalizada rebelião a partir de 18 de Dezembro pela denegação da posse do novo presidente nomeado. No dia 19 de setembro e 1835, utilizando da sua posição "a-política" de médico e de estar prestando serviços de sua profissão, Calvet dirigiu-se à tarde ao acampamento revolucionário para repassar dados sobre como estava a situação na capital. De volta a cidade, observou vários aspectos, como os preparativos de defesa, inspecionou guardas e patrulhas e conseguiu infiltrar-se no próprio Palácio Presidencial.⁵

3 Para essa seção as fontes estão contidas no volume 1 do Processo dos Farrapos lançado pelo arquivo nacional: PORTO, Aurélio (Org.). Processo dos Farrapos. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, 1933. v.1. (Publicações do Arquivo Nacional, v. 29). 634 p.

4 Após a ordem de *Habeas Corpus* começa-se uma pressão popular pela prisão de Marciano, fazendo com que ele se mantivesse na clandestinidade. Sua liberdade então não ocorreu de uma fuga da prisão igual às vezes é erroneamente comentado.

5 Nesse mesmo local, Calvet descobre de uma estratégia sobre um ataque noturno para surpreender o acampamento farroupilha, conseguindo posteriormente informar aos farroupilhas que preparam uma emboscada com o Capitão "Cabo Rocha".

Outra grande acusação parte do crime de cabeça de rebelião ao lado do Segundo Juiz de Paz do Distrito de Porto Alegre Luis Ignacio Pereira de Abreu, do primeiro Distrito Vicente Joze da Silva França e de Pedro Boticário de organizarem um grupo de 80 a 100 pessoas armadas para impedir a posse do presidente nomeado José de Araújo Ribeiro. Enquanto Manoel Calvet liderava a movimentação pelas ruas, a atuação dos juízes na assembleia tentava-se na tentativa de adiar a posse com petições de garantias imperiais de não retaliações perante os envolvidos na revolução. Manoel Antônio Calvet recebe o perdão imperial após ser sido preso e mandado para o Rio de Janeiro pouco tempo após sua chegada, sendo exigido de não retornar a província de São Pedro do Sul até o fim do conflito.⁶

José Mariano de Matos já era um rosto conhecido na província de São Pedro e um nome importante no império. Iniciou sua formação militar em 1819 e destacou-se na Guerra de Independência, conflito que recebeu a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Transferiu-se em 1831 para a província de São Pedro do sul. Antes mesmo da Revolução Farroupilha já era acusado amplamente como um desordeiro e sedicioso, sendo acusado e preso de chefiar um levante em Rio Pardo no final de 1834. Tomada a revolução, Matos torna-se Major de Artilharia e começa a comandar as primeiras fortificações contra a retomada do império. Após a Proclamação da República, assume o Ministério da Guerra.

Em junho de 1844 quando Caxias já estava à frente do exército imperial, José Mariano foi preso, sendo remetido para a Côrte e recolhido a fortaleza de Santa Cruz, recebendo o título de anistia em dezembro do mesmo ano, revertendo ao exército imperial em 13 de janeiro de 1846. Atuou ao lado de Caxias no Uruguai em 1851, torna-se brigadeiro em 1861, até alcançar os postos máximos de Ministro da Guerra e Vogal do Conselho Supremo Militar em 1864.

5 Conclusão

Assim, as trajetórias dos envolvidos revelam como o privilégio de classe abrandou as punições do Império aos acusados como cabeças da revolta. Enquanto Marciano obteve a liberdade por habeas corpus e Calvet recebeu o perdão imperial - o que lhe permitiu integrar o IHGB serviu de modelo de como a história poderia ser recontada sob uma ótica legitimadora -, Matos foi totalmente reintegrado ao Exército pela anistia, até se tornar Ministro da Guerra. Esse

⁶ Após a prisão e o envio para a capital ou outras regiões, era comum conseguir o título de Habeas Corpus e ter que ir até a unidade competente em um número estabelecido de vezes.

processo demonstra aquilo que Caxias chama de "simbiose" entre os antigos rebeldes e o governo imperial, mostrando como o capital social, político e militar desses homens permitiu que se misturassem aos interesses do próprio regime, enquanto revoltas mais intensas e com mudanças estruturas mais profundas que iam de encontro com a ordem imperial eram consideradas “dignas de povos ultrapassados” que mereceriam sofrer penalidades mais intensas.⁷

Referências Bibliográficas

BAKOS, Margaret M... A escravidão negra e os Farroupilhas. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A Revolução Farroupilha: história & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. Cap 4. p. 61 - 79.

SEBASTIÁN, Javier Fernandes. História conceitual no Atlântico ibérico: linguagens, tempos, revoluções. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2023.

KOSSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. 602 p.

PORTO, Aurélio (Org.). Processo dos Farrapos. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, 1933. v. 1. (Publicações do Arquivo Nacional, v. 29). 634 p.

PICCOLO, Helga I.L.. A guerra dos farrapos e a construção do estado nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A Revolução Farroupilha**: Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. Cap. 2. p. 30-60.

Palavras-chave: Perdão, Anistia, História Conceitual, Revolução Farroupilha.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2025-0254

Financiamento



7 “Segundo o Conde, a extraordinária metamorfose devia-se ao caráter franco e leal da maioria do povo rio-grandense, caráter que sempre conservaram legalistas. Caxias lamentava apenas que ainda fossem cometidos alguns poucos crimes na Província, porém explicava que todos estavam relacionados com ‘a última classe da sociedade, desgraçada de todas as luzes da religião e da civilização e por causas tão animais, e mesquinhas, como a inteligência dos bugres selvagens e dos escravos africanos que as cometem’”. (BAKOS, 1985, p. 96)